

2012 - Angola: um "Instrumentality power" em crise de crescimento

Angola: Um "instrumentality power" em crise de crescimento
por: Eugénio Costa Almeida©

Os politólogos e analistas de relações internacionais, caracterizam um Estado como uma latente potência (local, regional ou global) desde que apresente determinadas e específicas características, expostas no meu ensaio Angola, Potência Regional em Emergência (Colibri, 2011), ou seja, um Estado com capacidade de influenciar, de uma forma organizacional, política, ideológica, económica, militarmente e tecnologicamente ou pela conjugação de parte ou de todos estes valores uma determinada região geográfica onde se insere ou pode se reflectir. Para alguns basta que o País demonstre ter poder e influência que lhe permita usufruir de um determinado controlo sobre sua região geográfica. Para estes uma potência regional poder ser considerada como um meio partilhável, porque, segundo eles, todas as hipotéticas potências regionais serão detentoras de uma outra posição subalterna na hierarquia do poder, mesmo na região onde se inserem. Sinteticamente, a moderna politologia, define que existem dois tipos referenciais de potências e das suas potenciais predominâncias: as que são potências com características globais ou imperativas (hardpower – capacidade do detentor de poder de impor a sua vontade mediante o recurso à ameaça ou força, mesmo armada) e as que se determinam por influenciar específica e moderadamente certos sectores geográficos (softpower – ou seja, servem do seu poder de convicção e de atracção da vontade alheia). Neste último caso há ainda quem as subdivida por potências regionais intermédias ou emergentes ou middlepowers. Se isto é verdade, confirmadas pelos inúmeros especialistas em estratégia e em relações internacionais, não é menos verdade que, face aos recentes desenvolvimentos e aparecimento de novas potências geográficas, poderemos começar a questionar se não se deve criar novos parâmetros para as novas potências regionais ou para-globais! Foi a pensar nisso, e alicerçando-me no caso, cada vez mais evidente, de Angola e a evolução natural e previsível com eventuais alterações qualitativas no seu processo potencial, reconhecido, por mais de uma vez, pelos seus vizinhos e pela potência global, que é a USA – ainda recentemente um seu subsecretário de Estado para África o reafirmou – que adoptei um novo parâmetro a que defini de instrumentality power (e que, inicialmente, qualifiquei como parentpower). De uma maneira geral pode-se interpretá-lo como uma potência intermédia, ou emergente, regional mas com capacidade para projectar a sua importância e capacidade potencialmente decisora em regiões que, não necessariamente, sejam vizinhas, onde predominem interesses similares, embora sem que se caracterizem por impor a sua vontade mediante o recurso à ameaça ou força, seja de forma convicta ou sugestiva, seja por via da ameaça armada, mas tão só de uma forma que chamaria de paternalista e apaziguadora. Daí que, inicialmente, a designasse como parentpower. Ou seja, a discreta política angolana, e desde que não tentassem provocar desvios qualificativos da mesma, olhava para os potenciais Estados subordinados como sendo meros instrumentos da activa e clara política pré-expansionista de Angola entre aqueles que considera estarem na sua órbita: daí que adoptasse no final a denominação instrumentality power. A política angolana já mostrou essa capacidade quer em dois Estados não directamente vizinhos, ainda que um, numa região que considera ser sua zona de influência, e outro, numa área totalmente externa, mas cuja importância se avalia pela correspondência linguística e política. Recordam-se os casos de STP, no primeiro caso, e Guiné-Bissau; como também foram verdade na Cote d'Ivoire e nos dois Congo's. E se no caso de STP conseguimos mostrar primarias sobre o outro potencial Estado da região, a Nigéria – líder da CEDEAO –, na Guiné-Bissau, a predominante supremacia política e militar angolana (ainda que a pedido dos dirigentes políticos locais), como também já tinha acontecido antes com os ivoienses, a sua discreta e incisiva impedância foi posta em causa no recente Coup d'État ali ocorrido; em ambos casos, motivo das contestações e crises subsequentes. Estes dois recentes malogros, que podem ser associados a uma crise de crescimento do poder instrumentalizante de Angola, mostraram que política angolana ainda tem um longo caminho a percorrer para conseguir afirmar a sua importância potencial fora da sua zona lógica: o Centro-Austral de África. É que também é preciso contar com a pouco discreta acutilância da franco-anglófona CEDEAO. ©Artigo de Opinião publicado no semanário angolano Novo Jornal, “1º Caderno” ed. 225, de 11-Maio-2012, pág. 23.